



TESOURO NACIONAL

2024
Dezembro

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Ministro da Fazenda

Fernando Haddad

Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretário do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)

Marcelo Pereira de Amorim

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)

Davi Rebelo Athayde

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)

Rafael Rezende Brigolini

Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP)

Daniel Cardoso Leal

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)

Suzana Teixeira Braga

Subsecretária de Assuntos Corporativos (SUCOP)

Maria Betania Gonçalves Xavier

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União

Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União

Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Equipe Técnica

André Luiz Santana Ferrari

Henrique Guilherme do Amaral Santos

Marcelo Ferreira Guerra

Sandro Alex Bezerra Vieira

**Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional
Arte**

Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

Anexo 3

Port. STN 699/2023

Receita Corrente Líquida

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 9

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

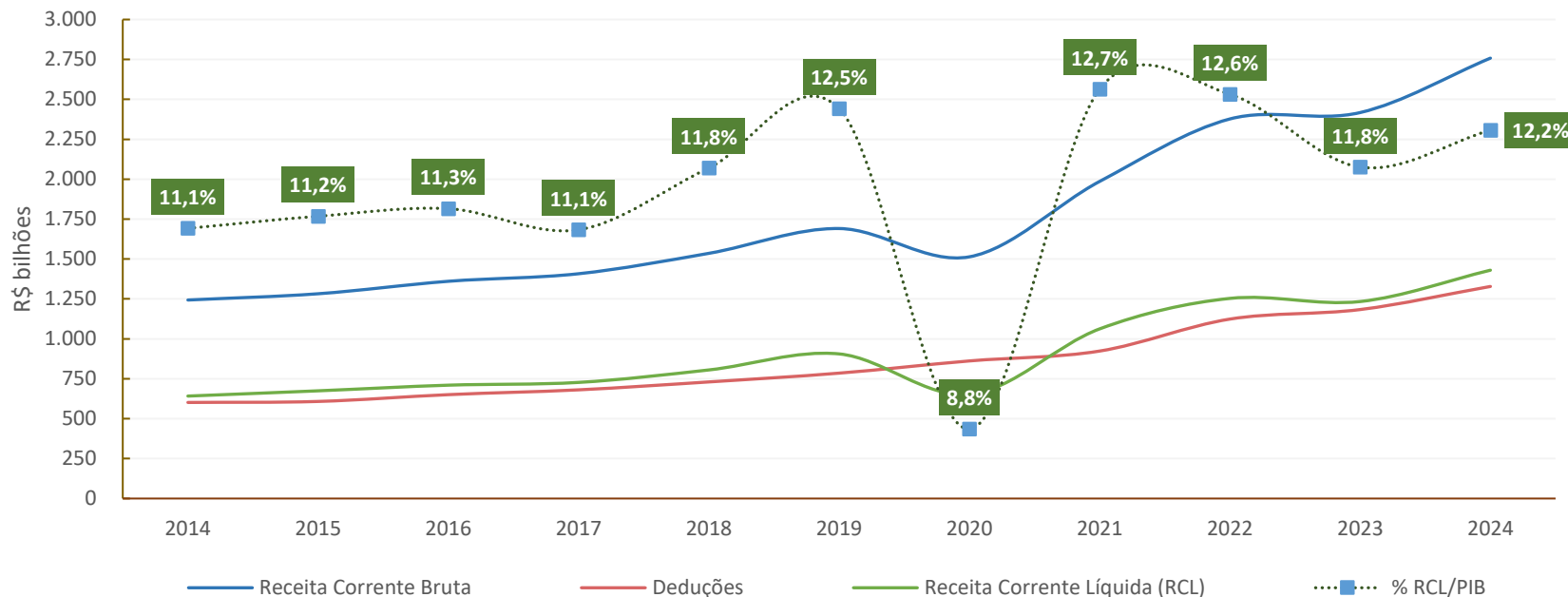
Anexo 3

Port. STN 699/2023

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Receita Corrente Bruta	1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514	1.986	2.377	2.417	2.758
Receita Tributária	400	425	459	465	507	546	517	711	856	888	1.028
Receita de Contribuições	671	688	730	800	844	853	826	1.001	1.128	1.197	1.377
Demais Receitas Correntes	172	170	172	143	184	292	171	274	392	332	353
Deduções	602	608	651	681	730	785	862	924	1.124	1.184	1.328
Transf. Constitucionais e Legais	218	214	239	240	267	298	378	367	487	484	558
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	319	326	342	361	380	405	396	454	530	586	638
Outras Deduções	65	68	70	80	84	83	87	103	107	113	132
Receita Corrente Líquida (RCL)	642	675	710	727	805	906	652	1.063	1.253	1.234	1.430



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e Novas receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 3

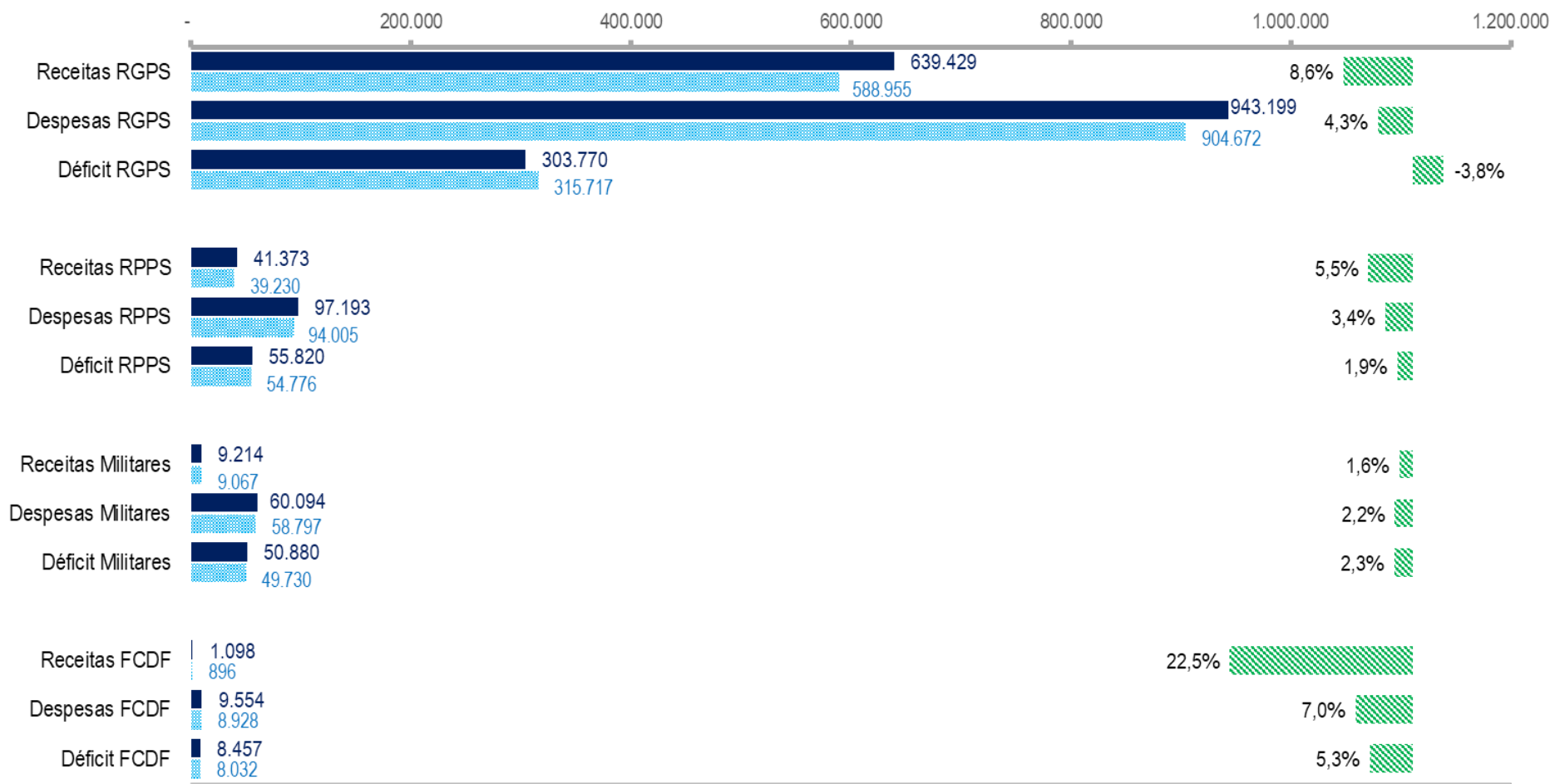
Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas

Receitas e Despesas Executadas - até Dezembro/2024 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2024

■ 2023

■ Variação (%)

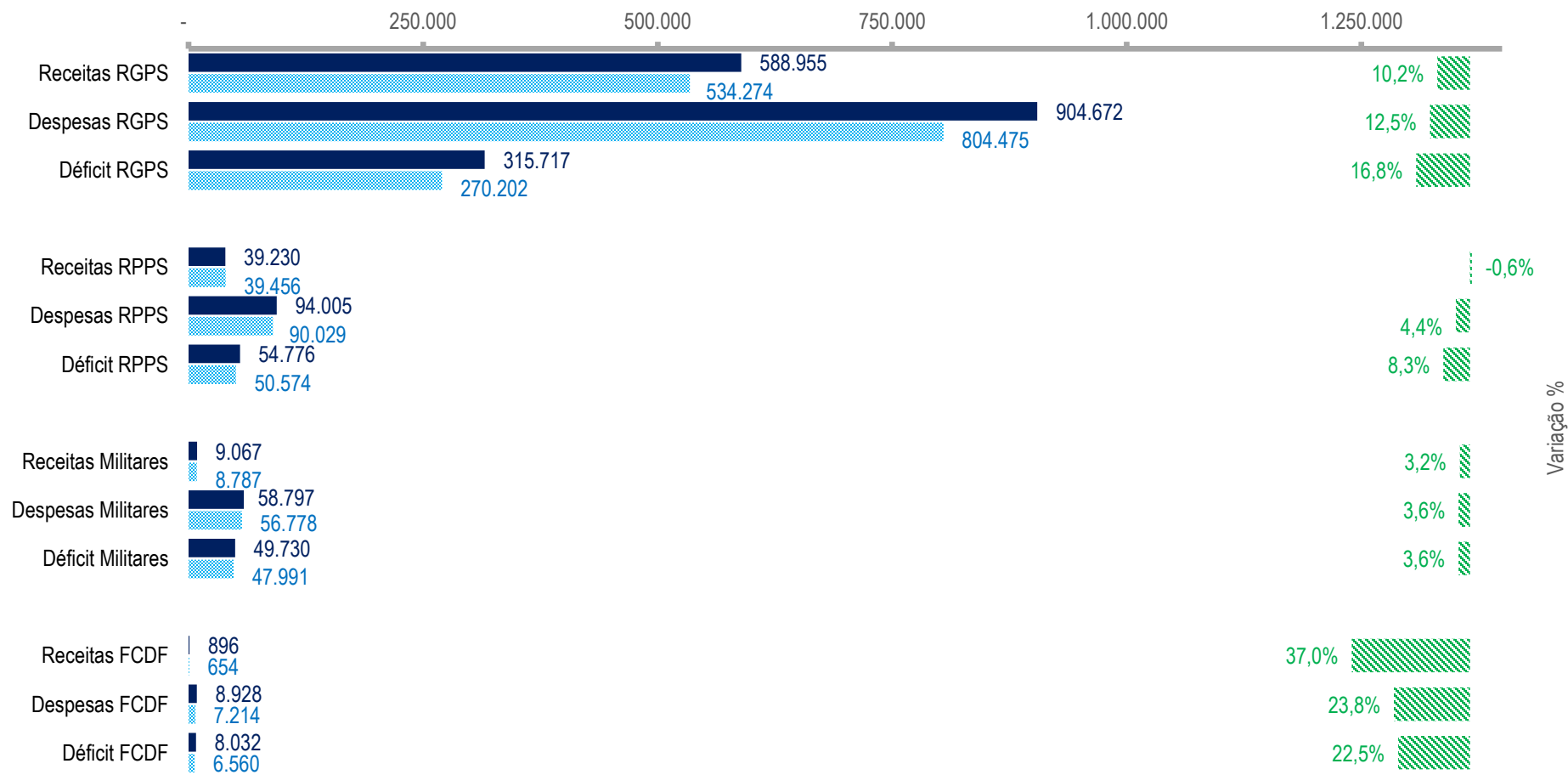
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 4

Anexo 4

Port. STN 699/2023

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2023 e 2022 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

■ 2023

■ 2022

■ % 2023/2022

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 4

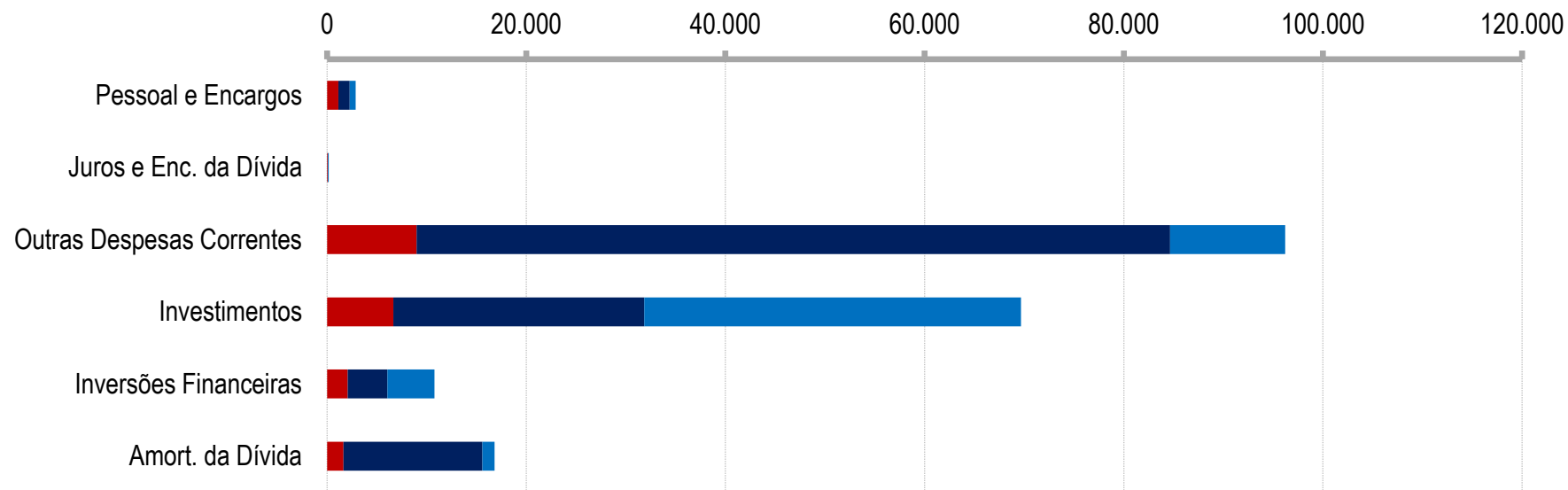
Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Dezembro/2024 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



NÃO PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	1.123	68	8.974	6.662	2.074	1.652	20.554
Pagos	1.157	5	75.679	25.192	3.992	13.923	119.948
Saldo a Pagar	570	87	11.565	37.831	4.719	1.225	55.996
Total	2.851	160	96.218	69.684	10.785	16.801	196.498

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 7

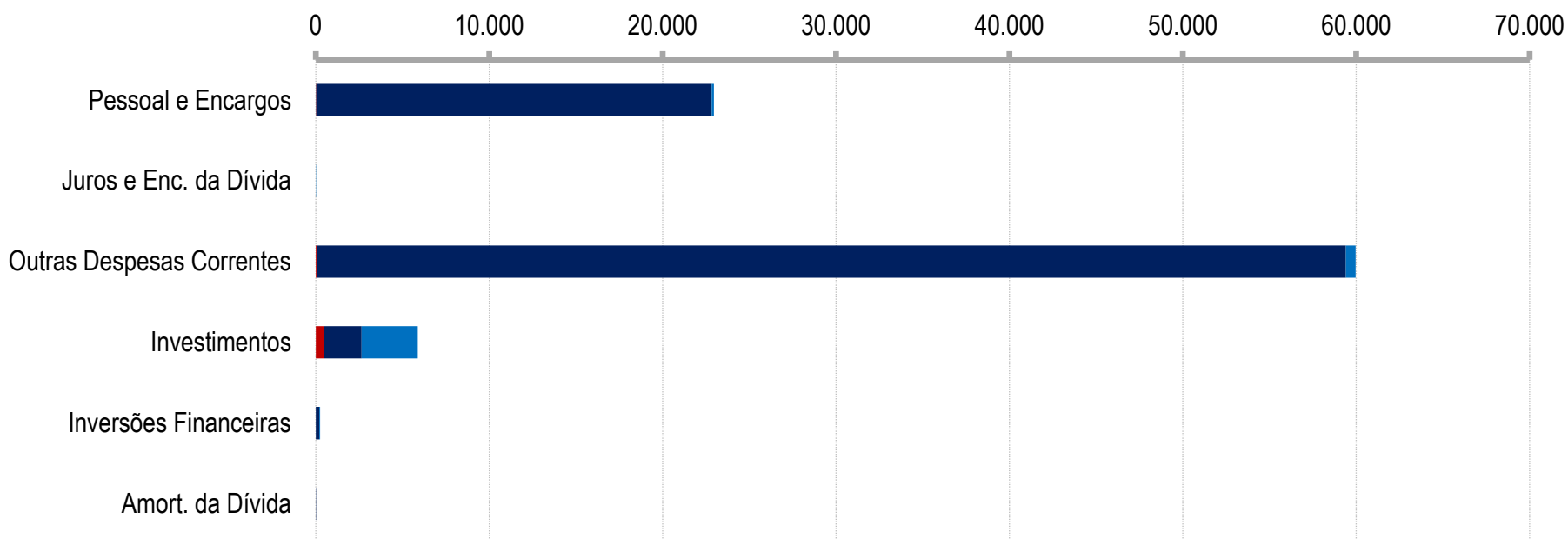
Anexo 7

Port. STN 699/2023

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Dezembro/2024 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



PROCESSADOS

	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
■ Cancelado	24	-	65	481	0	-	569
■ Pagos	22.811	0	59.331	2.151	195	0	84.488
■ Saldo a Pagar	116	1	564	3.249	51	-	3.981
Total	22.950	1	59.960	5.881	246	0	89.038

■ Cancelados
■ Pagos
■ Saldo a Pagar

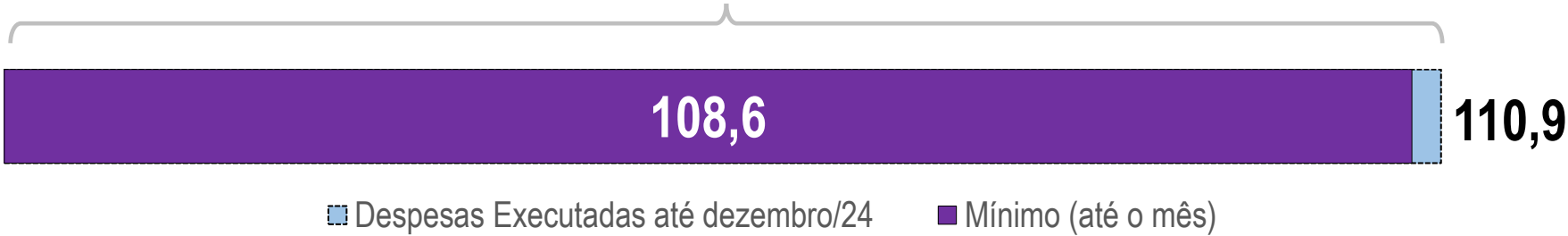
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 7

Anexo 8
Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Dezembro/2024 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios). Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação à despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados. O gráfico abaixo ilustra o valor da Receita Líquida de Impostos e a execução até Dezembro de 2024.

Executado 102,0% do Mínimo



Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Comparação Despesas Executadas (em Dezembro) X Mínimo (em Dezembro)

Fonte: RREO

	R\$ bilhões										
Limite de Educação	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024
Despesas Executadas com Educação	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	69,3	76,3	84,0	87,2	110,9
Mínimo (até o mês)*	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4	55,6	62,8	66,4	108,6
Despesa Excedente ao Mínimo	12,6	13,1	20,1	14,2	14,0	10,4	14,8	20,7	21,2	20,8	2,3

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 8

Anexo 8
Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Dezembro/2024 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Dezembro/2024, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Dezembro	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2024	108,6	110,9	102,1%
2023	66,4	87,2	131,3%
2022	62,8	84,0	133,8%
2021	57,0	76,3	133,8%
2020	54,4	69,3	127,2%
2019	52,7	63,0	119,7%
2018	50,5	64,4	127,7%
2017	49,0	63,2	129,0%
2016	46,6	66,7	143,2%
2015	46,5	59,4	127,5%
2014	44,2	56,8	128,5%
2013	43,0	53,9	125,2%
2012	39,4	56,0	142,3%
2011	37,0	39,8	107,6%

Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 8

Anexo 9
Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital (em R\$ bilhões)
Resultado da Regra de Ouro em 2024

Discriminação	R\$ bilhões Valor Apurado
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a – b – c)	1.804,33
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	1.906,20
Variação Positiva do Saldo da sub-conta da Dívida Pública (b)	96,80
Ressalva da Petição 12.862/RS (STF) (c)	5,08
Despesas de Capital (II)	1.880,71
Investimentos	68,63
Inversões Financeiras	146,54
Amortizações	1.665,55
Resultado da Regra de Ouro (III) = (II - I)	76,39

Variação da Subconta da Dívida
Conforme define a Resolução do Senado nº 48/2007 as receitas das operações de crédito efetuadas no contexto da gestão da dívida pública mobiliária federal somente serão consideradas no exercício financeiro em que for realizada a respectiva despesa, sendo aplicada essa regra se as receitas das operações de crédito ficarem depositadas na subconta da dívida pública da Conta Única da União (§§ 4º e 5º do art. 6º). Assim, para se apurar o valor efetivo das receitas de operações de crédito utilizadas no exercício financeiro, a variação positiva nessa conta reduz o valor a ser considerado dessas receitas e a sua variação negativa aumenta, se for o caso.

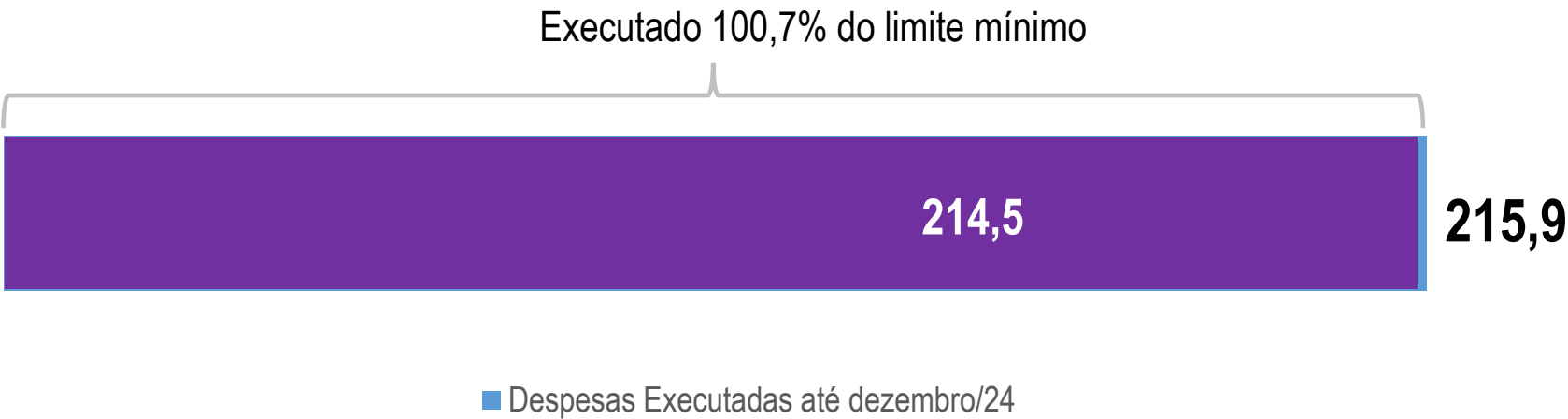
Ressalva da Petição 12.862/RS (STF)
No julgamento da Petição nº 12.862/RS, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu pedido formulado pela União no sentido de superar os óbices normativos e operacionais que pudessem representar o enquadramento de pagamento decorrente do Decreto Legislativo nº 36/2024 (situação de calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul), como operação de crédito (art. 35, II, da LRF), bem como a sua não incidência específica na Regra de Ouro (art. 167, III, da CRFB/88).

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 9

Anexo 12
Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Dezembro/2024 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de 15% do valor da Receita Corrente Líquida.



Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Comparação Despesas Executadas (em Dezembro) X Mínimo (em Dezembro)

Limite de Saúde	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024
Despesas Executadas com Saúde	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	151,9	179,8	215,9
Limite Mínimo (até o mês)	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8	172,8	214,5
Despesa Excedente ao Mínimo	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	12,0	7,0	1,4

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 12

Anexo 12

Port. STN 699/2023

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Dezembro/2024 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Dezembro/2024, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Dezembro	Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Mínimo Atingido
2024	214,5	215,9	100,7%
2023	172,8	179,8	104,1%
2022	139,8	151,9	108,6%
2021	123,8	179,1	144,6%
2020	121,2	161,0	132,8%
2019	117,3	122,3	104,2%
2018	112,4	116,8	104,0%
2017	109,1	114,7	105,1%
2016	95,4	106,2	111,4%
2015	98,3	100,1	101,8%
2014	91,6	91,9	100,3%
2013	82,9	83,1	100,2%
2012	79,5	80,1	100,7%
2011	72,1	72,4	100,3%

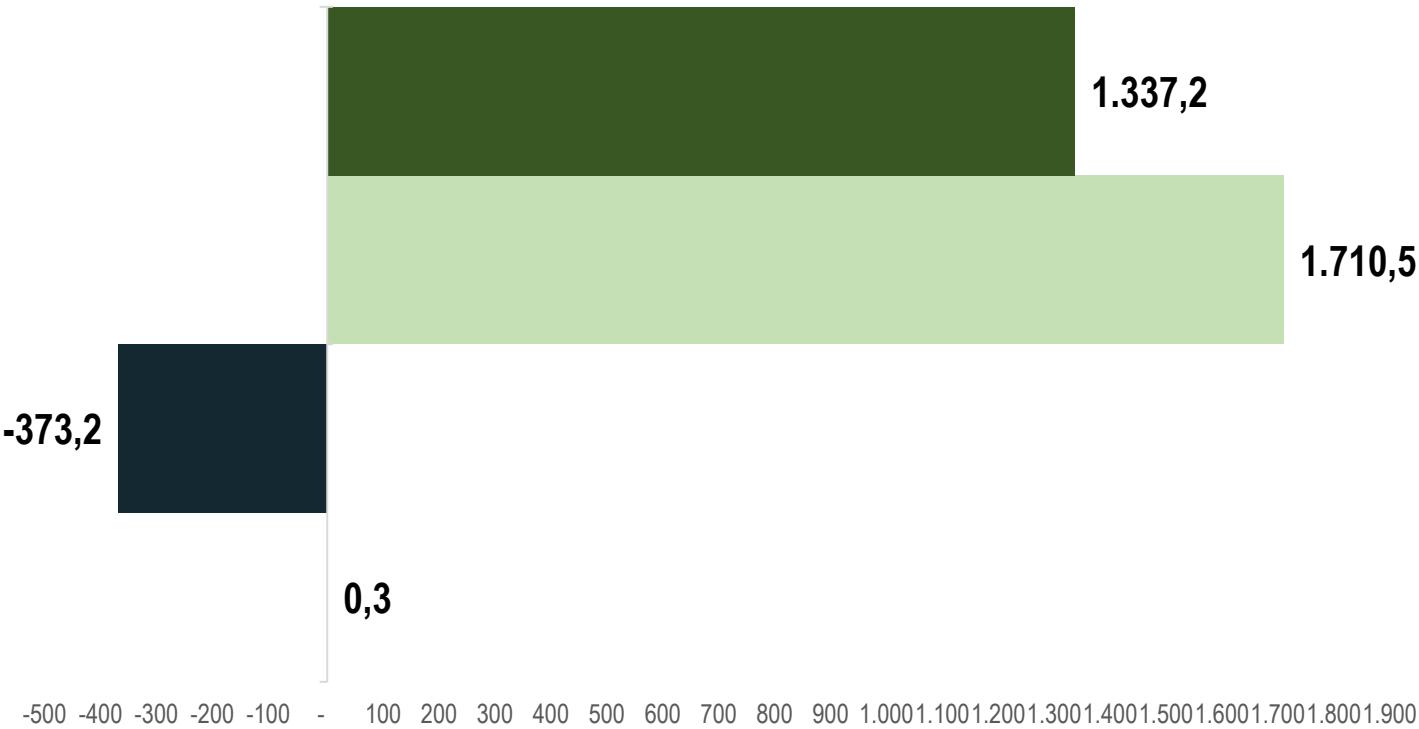
Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Anexo 12

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social
Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Dezembro/2024 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	1.337
Despesas da Seguridade Social	1.710
Resultado	-373
DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da
Execução Orçamentária de
Dezembro de 2024, Tabela 1

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Dezembro/2024 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Dezembro de 2024, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO											
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
RGPS	307,58	337,55	351,68	360,38	379,25	395,20	415,17	406,11	461,90	534,27	588,96	639,43
RPPS - Civil e FCDF	24,58	26,94	29,50	30,70	33,78	33,41	33,17	39,44	37,42	40,11	40,13	42,47
Pensões Militares	2,17	2,34	2,65	2,93	3,34	2,36	2,69	6,65	7,55	8,79	9,07	9,21
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	252,23	256,14	262,18	241,29	258,83	281,86	298,77	366,99	467,07	531,57	541,13	646,10
Total das Receitas	586,56	622,97	646,00	635,29	675,21	712,83	749,80	819,19	973,95	1.114,74	1.179,28	1.337,21
Despesas da Seguridade Social												
Despesas do RGPS	358,58	402,09	440,08	510,09	561,39	589,51	628,47	669,71	710,34	804,48	904,67	943,20
Saúde	83,05	91,90	100,05	106,24	114,70	116,82	122,27	160,99	141,17	151,86	179,81	215,92
Assistência Social	64,65	70,43	73,23	79,75	84,71	88,67	95,96	423,57	168,62	198,32	268,32	284,50
RPPS - Civil e FCDF	64,48	64,38	69,51	73,78	82,45	84,92	91,59	94,52	87,77	97,11	102,93	106,75
Seguro Desemprego	31,87	35,90	38,05	37,77	38,01	36,29	37,39	40,08	36,23	42,11	47,71	53,37
Pensionistas Militares	24,95	31,85	35,16	17,34	19,16	21,41	22,91	23,44	24,56	25,71	26,62	27,19
Abono Salarial	14,66	15,88	10,13	17,93	16,23	17,34	17,52	19,26	10,16	24,01	25,05	28,13
Demais Despesas	26,96	28,28	30,37	31,81	36,65	38,77	38,25	39,78	34,07	47,47	52,96	51,40
Total das Despesas	669,21	740,70	796,58	874,70	953,30	993,74	1.054,36	1.471,34	1.212,92	1.391,07	1.608,08	1.710,46
Resultado												
Resultado da Seguridade Social	-82,64	-117,73	-150,58	-239,41	-278,09	-280,91	-304,56	-652,14	-238,98	-276,34	-428,80	-373,25
Receitas Desvinculadas (DRU)	60,13	59,88	60,62	91,96	100,37	109,65	92,35	0,20	0,21	0,22	0,23	0,26
Resultado com Receitas Desvinculadas	-22,51	-57,85	-89,96	-147,45	-177,72	-171,26	-212,21	-651,94	-238,77	-276,12	-428,57	-372,99

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

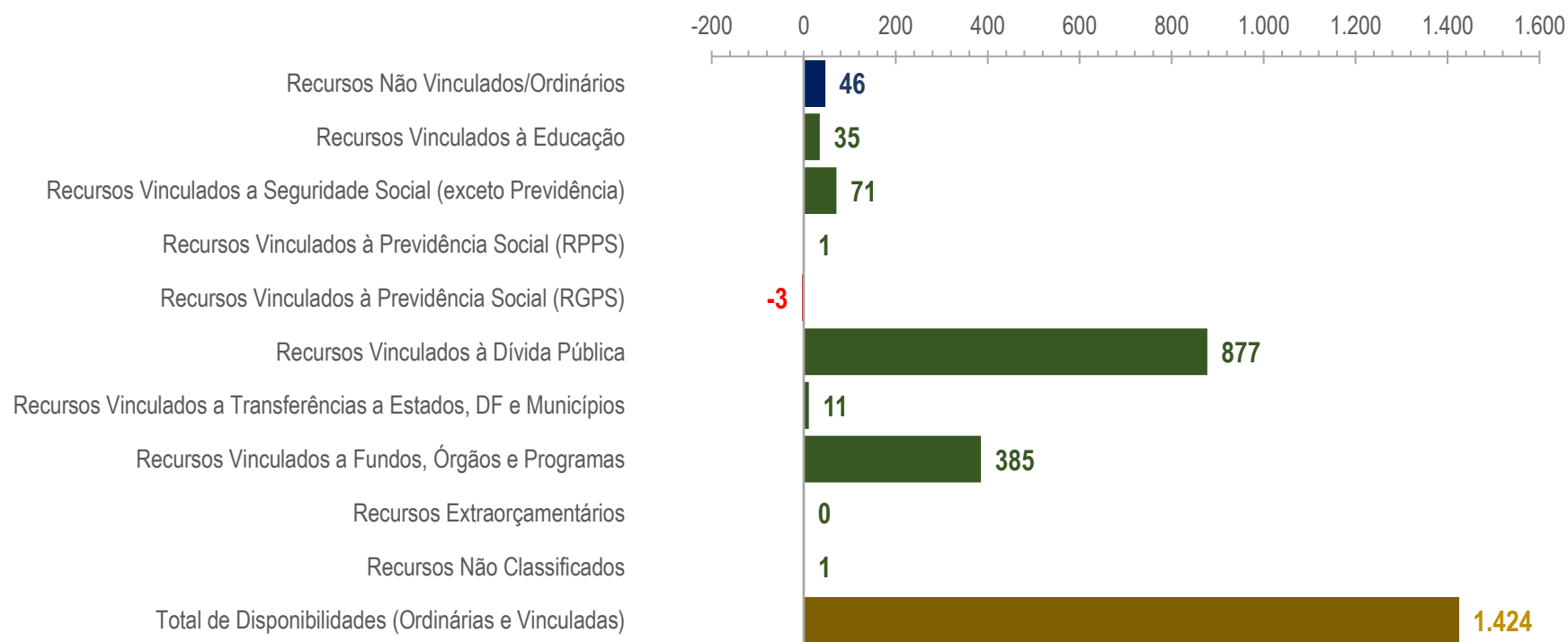
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Dezembro de 2024, Tabela 1

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Dezembro/2024 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Dezembro 2024, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da
Execução Orçamentária de
Dezembro de 2024, Tabela 4